

O Romantismo e a nacionalidade da Literatura Brasileira

Alamir Aquino Corrêa

O Romantismo provocou o assentamento de idéias relacionadas à pátria e suas manifestações, em especial a literatura. Datam dessa época as primeiras coletâneas e estudos de definição das literaturas nacionais, e o caso brasileiro não foi exceção, causando mesmo celeuma inesperada a polêmica acerca da herança lingüística como traço definidor da nacionalidade literária, ou seja, a tese de que as literaturas tomam o nome da língua em que estão expressas. Este postulado sobejamente rebatido, enquanto único elemento distintivo, causou uma série de escritos sobre o assunto, inclusive fora do Brasil, nas outras ex-colônias hispânicas. Interessante é, por outro prisma, que a literatura brasileira tenha sido objeto de estudos primeiro de estrangeiros, que muito influenciaram a postura dos literatos locais. Esses prosseguem no mesmo raciocínio, chegando mesmo a elaborar esquemas de organização da literatura brasileira válidos, em essência, até hoje.

A literatura brasileira enquanto *corpus* começa a ser delineada ainda no século XVIII na *Biblioteca lusitana* (1744-59), de Barbosa Machado, e nos *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (1757), de Domingos do Loreto Couto. A primeira história a mencionar escritores brasileiros foi a *Geschichte der Portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*, de 1805, do alemão Friedrich Bouterwek. Distinguindo os traços nacionais nos autores que cita — Antônio José da Silva, apenas cognominado o Judeu, e Cláudio Manuel da Costa — Bouterwek assinalou o tom popular das comédias do primeiro, em especial na *Esopaida*¹ e a contribuição brasileira à poesia portuguesa, acreditando mesmo, nos sonetos do segundo, “ouvir o tom ingênuo de antigas canções portuguesas”.² Em 1813, o suíço Sismonde de Sismondi, no quarto volume da sua *Histoire de la littérature du midi de l'Europe*, mencionou também escritores brasileiros, integrados ao sistema literário português. Anotou a existência de “diversos poetas [brasileiros] do século XVII, cujos nomes são tão pouco conhecidos fora de sua pátria”.³ Comentou, sem saber muito sobre o autor, acerca da “alegria genuína, mas popular” nas obras do Judeu, sendo “todas igualmente grosseiras na construção e na linguagem, mas não lhes falta espírito e originalidade”.⁴ Sobre Cláudio Manuel da Costa, apontou-lhe “a idéia fixa da poesia pastoril que persegue os portugueses desde o século XII”.⁵ Ao tratar de Silva Alvarenga, ressaltou a cor local de seus poemas, em especial as referências às borboletas e serpentes da América e ao calor de dezembro. Sugeriu finalmente a prevalência brasileira nos seguidores de Camões.

Após a independência do Brasil, o francês Ferdinand Denis publicou o seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), primeiro estudo a evidenciar a singularidade da literatura brasileira. Esse caráter diverso das literaturas de Europa deveria ser efetivado com o abandono das “idéias mitológicas devidas às fábulas da Grécia,” com o alargamento da imaginação por meio do espetáculo majestoso da natureza americana, pela tradição futura baseada nas “fábulas misteriosas e poéticas” dos “povos que exterminamos”

¹ César, Guilhermino (org.). *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia*. Introdução. São Paulo, Edusp, 1978, p. 8.

² Cit., p. 10.

³ Cit., p. 22.

⁴ Cit., p. 22-23.

⁵ Cit., p. 25.

e no maravilhoso contido “nos antigos costumes desses povos”.⁶ Desejava Denis que o literato brasileiro se aprofundasse mormente na natureza grandiosa e inusitada e nos povos aborígenes, como ele próprio, verdadeiro precursor do indianismo, com sua novela *Les Machakalis*, já apontada como tal por León Bourdon.⁷ O brasileiro, resultado das três raças, produziria, no entender de Denis, uma literatura inédita, resultado das tradições rácicas em face da impressão do Novo Mundo.⁸ Para ele, a literatura brasileira começou no século XVI com os relatos, sendo que os poetas surgiram apenas no início do século XVII. Citou, principalmente, Bento Teixeira, Botelho de Oliveira, Cláudio Manuel da Costa, Antônio José da Silva, Santa Rita Durão, este com anotação dos costumes dos indígenas, das guerras, da antropofagia, da fauna e da flora americanas; Basílio da Gama, com especial referência ao seu poema *Quitúbia*, rara nos pósteros, Gonzaga e Souza Caldas. Mencionou ainda as *Metamorfoses do Brasil*, de Cruz e Silva, nascido em Portugal, como também era o caso de Bento Teixeira e Gonzaga.

Também em 1826, Garrett, no seu *Bosquejo*, aludiu à literatura brasileira de forma positiva, porque valiosa e enriquecedora da literatura portuguesa, ressalvado o fato da independência do Brasil ter ocorrido quatro anos antes. Aliás, este modelo de integração é seguido em vários livros, didáticos ou não, até hoje, mencionando-se aqui Fernandes Pinheiro, Sotero dos Reis, Teófilo Braga, Fidelino de Figueiredo, Óscar Lopes, Antonio José Saraiva e João Gaspar Simões. Essa atitude de sistematização da literatura brasileira colonial como parte da literatura portuguesa chega a influenciar, no entender de Afrânio Coutinho⁹, críticos e historiadores brasileiros modernos como Antônio Soares Amora, Antônio Cândido e José Aderaldo Castello. Garrett elogiou Cláudio Manuel da Costa, Santa Rita Durão, Gonzaga, Basílio da Gama, louvando em uns e exigindo de outros uma poesia eminentemente americana¹⁰.

Em 1829, o raramente citado soldado alemão C. Schlichhorst, em suas memórias, *Rio de Janeiro wie es ist*, fez pequenas anotações acerca de Bento Teixeira, Basílio da Gama, Santa Rita Durão e Cláudio Manuel da Costa, enfatizando a potencialidade da produção literária brasileira, díspar da herança européia, pois o autor brasileiro

*encontra, nas tradições dos povos que conquistou, em seus fatos e costumes, material abundante para o maravilhoso de que necessita em suas obras, e quando pede ajuda às simples e sublimes figuras da religião cristã, não há nessa combinação nada de artificial, porque está fundada na realidade.*¹¹

Da mesma época (1829-1830) data o *Parnaso brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, primeira antologia de poetas brasileiros, não no sentido moderno de compilação de obras conhecidas, mas naquele de recolha de material inacessível em geral.

Em 1833, foi fundada em São Paulo a Sociedade Filomática, cujo pensamento literário filia-se ao americanismo engrandecido por Garrett e Denis.¹² De extrema importância para o presente estudo é o depoimento de um de seus fundadores, João Salomé Queiroga, apontado como possivelmente o primeiro a pretender realizar “uma poesia nacional, inspirada em motivos populares e escrita em “linguagem brasileira”.¹³ Disse Queiroga no prólogo aos *Arremedos — lendas e cantigas populares* (1873), testemunho de uma época:

⁶ Cit., p. 36.

⁷ Cit. Introdução, p. XXXV.

⁸ Cit., p. 38.

⁹ Coutinho, Afrânio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

¹⁰ Garrett, Almeida. *Obras de Almeida Garrett*. Porto, Lello & Irmãos, 1966, v.2, p. 503-4.

¹¹ César, Guilhermino, 1978, p. 101.

¹² Castello, José Aderaldo. *Manifestações literárias da era colonial*. V.1 de *A literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1965, p. 228-36.

¹³ Cit., p. 231.

Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país faço estado, e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira: se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani.

O povo ama a franqueza; quem quiser pintar-lhe os costumes e usos, e que essa pintura seja por ele entendida e prezada, deve apresentar-lhe imagens claras, tão claras que ele as reconheça prontamente — pão, pão, queijo, queijo —, o que ele entende. Nosso povo sensualíssimo por natureza herdada de seus ascendentes deve gostar de ler um livro que [...] sua sensualidade por todos os poros. Demais um autor de cantigas populares, se peça só por esse lado, deve ficar consolado pensando que grandes autores têm cometido igual pecado.¹⁴

O princípio da *Revista Filomática* era obedecer “ao pensamento nacionalizante em literatura, preocupação característica geral da época, e desenvolvida no romantismo”¹⁵, louvando principalmente a paisagem americana e os costumes da terra, acentuando excepcionalmente a brasilidade de Domingos José Gonçalves de Magalhães com as suas *Poesias* (1832), antes de este ter “ido para a França e de ter recebido o influxo direto do romantismo europeu, particularmente o francês e o italiano”.¹⁶

Gonçalves de Magalhães, em 1836, esboçou a evolução da literatura brasileira no seu “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, publicado na *Niterói, Revista Fluminense* e incluído nos seus *Opúsculos históricos e literários* (1865); há outro título mencionado por César¹⁷ que muda a palavra “discurso” para “ensaio.” Nesse estudo, o autor de *Suspiros poéticos e saudades* situou o início da literatura brasileira logo após o descobrimento, com a ressalva da inexistência de obras quinhentistas e do minguado caudal literário seiscentista, firmado mesmo o vigor literário no século 17 e julgando ser o Romantismo o grande veio nacional.¹⁸

O general recifense José Inácio de Abreu e Lima, em seu *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, de 1835, insistia na tese da inferioridade da cultura portuguesa e mais ainda da brasileira, se comparada às outras literaturas hispânicas, negando ao tronco português qualquer valor, sugerindo a reflexão e a melhoria da nossa cultura, buscando exemplo nos outros países.¹⁹ A sua concepção de literatura engloba todos os escritos em todas as matérias e assuntos.

A Abreu e Lima veio se juntar o publicista português José da Gama e Castro com artigos publicados no *Jornal do Commercio* em 1842. Ao fazer uma lista dos inventores portugueses, inclui entre eles o padre Bartolomeu de Gusmão, nascido em Santos. Um missivista rebateu essa atitude, acrescentando à polêmica uma “tese legitimista da literatura brasileira, que, pelo visto, era pacífica entre os brasileiros”²⁰, de que seriam parte da literatura nacional Cláudio Manuel da Costa e frei Francisco de São Carlos, entre muitos outros. A resposta de Gama e Castro justificou a atribuição do gentílico graças à indiferença de “qualidade alguma entre Brasileiro e Português” no período colonial²¹. Gama e Castro afirmou que é vício falar de literatura brasileira, porquanto “[a] literatura não toma o nome da terra, toma o

¹⁴ Castello, José Aderaldo. *Textos que interessam à história do Romantismo*. São Paulo, Comissão Estadual de Leitura, 1960, p. 34.

¹⁵ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 71.

¹⁶ Castello, José Aderaldo. 1965, p. 235.

¹⁷ César, Guilhermino. 1978, p. 105.

¹⁸ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 18-9.

¹⁹ Cit., p. 25-7.

²⁰ Cit., p. 28.

²¹ César, Guilhermino. 1978, p. 123.

nome da língua,” corroborando a afirmação com exemplos da literatura alemã e da italiana²², na época com representantes de situações políticas diversas das atuais. A literatura brasileira, para ele, só seria possível se fosse veiculada em língua diferente da portuguesa; e seria parte da portuguesa, pois o Brasil só divergia de Portugal em termos geográficos, sendo comum para os dois povos pensamentos e inspirações. Um ponto interessante de sua argumentação é a filiação da obra de um escritor à literatura da língua usada por ele, independentemente do seu local de nascimento.

A reação a essa negativa da existência da literatura brasileira ocorreu na *Minerva brasiliense*, por meio do chileno Santiago Nunes Ribeiro. Espécie de manifesto do grupo romântico ligado à revista, o seu estudo “Da nacionalidade da literatura brasileira”, de 1843, combateu as idéias de Abreu e Lima, pois a concepção deste de literatura, ampla demais, enfatizando a poesia, a eloquência e a história como apêndices, o que invalidava a tese de Abreu e Lima da penúria das literaturas de língua portuguesa. O fulcro do seu ataque, entretanto, é o conjunto de idéias de Gama e Castro. Disse ele que:

*Não é o princípio incontestável que a divisão das literaturas deve ser feita invariavelmente segundo as línguas, em que se achem consignadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia que preside aos trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser muito diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua.*²³

Enfatizou Ribeiro a influência da natureza americana, modificando língua e literatura, e negou a singularidade de uma literatura somente pela língua, alicerçado em Chateaubriand²⁴. A classificação das literaturas enquanto nacionais “deve ser feita ‘não em relação às línguas, mas com respeito ao princípio íntimo que as anima, e as tendências que as distinguem’, para o que se torna necessário identificar os predicamentos peculiares e os traços característicos que as diferenciam entre si”.²⁵

Com equilíbrio e justeza, não julgou o passado colonial como olhos do presente, sem exigir dos literatos coloniais atitudes do gosto romântico, e respeitou também a imitação do gosto, pois que há sempre de existir influência de uns sobre outros²⁶. Louvou a inteligência e o conhecimento dos brasileiros, e ligou o início da literatura brasileira à religião, erigindo como figura inicial o padre Anchieta, pois este “criou na gente primitiva e na sociedade incipiente um estado de espírito em que dominavam os valores cristãos e o sentimento religioso, logo manifestado no folclore”.²⁷

Num outro artigo, com o mesmo título também na *Minerva brasiliense*, respondendo a críticas, asseverou o fato dos novos hábitos, clima e inspirações brasileiros modificarem a literatura vinda de Europa²⁸, e apontou os traços nacionais em obras com ingredientes da tradição européia:

[n]o exame das poesias brasileiras cumpre não ver somente a exterioridade

²² Cit., p. 124.

²³ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 34.

²⁴ Cit., p. 34-5.

²⁵ Cit., p. 35-6.

²⁶ Cit., p. 37.

²⁷ Cit., p. 38-9.

²⁸ Cit., p. 42.

*da arte, que muitas vezes apresenta as formas gregas e romanas; cumpre atender ao sentido oculto, à intimidade, ou pelo menos ao elemento da poesia tradicional que nela se acha combinado ao elemento americano.*²⁹

Pereira da Silva publicou em 1843 o *Parnaso brasileiro*, também conhecido como “Novo Parnaso, “incluindo nele um ensaio introdutório, primeiro esboço de história literária, inventariando os escritores que fizeram literatura no Brasil, em que pese à insegurança e defeitos de seus informes”³⁰, com biografias dos séculos 16 a 18. Em 1848 publicou a segunda parte com escritores do século 19. O seu *Plutarco brasileiro*, de 1847, contém biografias críticas minuciosas.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva prosseguiu as idéias de Santiago Nunes Ribeiro e chegou mesmo a propor em 1862 um projeto de história da literatura brasileira em nota na *Revista Popular*³¹. Ele se expressou:

*em duas fases, compreendendo a primeira os seguintes escritos: ‘Bosquejo da história da poesia brasileira’, publicada em 1841 à entrada das Modulações poéticas; ‘Considerações sobre a literatura brasileira’, na Minerva brasiliense (1843); ‘Introdução’ à antologia publicada em colaboração com Emílio Adet, Mosaico poético (1844). A segunda fase [...] compreende principalmente os artigos publicados na Revista Popular (1859-60).*³²

O seu nacionalismo romântico concentrou-se na apologia da cultura indígena, aventando mesmo a existência de recolha de cantos indígenas em “monumentos que dizem existir nas velhas bibliotecas de alguns mosteiros”³³. É dele também a primeira tentativa de organização do *corpus* literário brasileiro. Na “Introdução histórica,” publicada na *Revista Popular*, afirmou Norberto serem os brasileiros “os únicos povos da América, que possuem a sua literatura nacional”, sendo o primeiro a desidentificar a nacionalidade literária da política.³⁴ A interiorização dos portugueses no Brasil deu ensejo a uma existência nova, sem reconhecer o monarca português³⁵; assim “a separação espiritual e social dos dois povos, transparecida em vários episódios do passado da Colônia e na reação dos portugueses no seu progresso material e intelectual”, corrobora a existência anterior à Independência de uma “índole, um caráter e uma inteligência social” próprias dos brasileiros.³⁶

Para Norberto, já em 1860 revendo a polêmica da década de 40, é a nacionalidade da literatura de qualquer povo

*que patenteia o espírito e a tendência de suas diversas fases, marchando em progresso ou decadência, segundo as modificações de seus costumes, de seus usos, de suas leis e de seu caráter. Negar essa nacionalidade por haver outro povo que fala idêntica língua, e em virtude dos vínculos, que uniam os dous povos, é condená-lo à condição de escravos, que ainda depois de liberto tem por destino produzir em benefício de outrem.*³⁷

Norberto aceitou o adjetivo “brasileira” para a língua falada no Brasil; discutiu

²⁹ Cit., p. 43.

³⁰ Cit., p. 12.

³¹ Cit., p. 45.

³² Antonio Cândido. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975, v.2, p. 335.

³³ Cit., v.2, p. 335.

³⁴ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 47.

³⁵ Cit., p. 53.

³⁶ Cit., p. 54-5.

³⁷ Cit., p. 49-50.

ainda o critério lingüístico de classificação de uma obra, por achar pedante um autor querer “lugar na literatura de um país pelo simples fato de escrever na língua desse país”.³⁸

Alexandre Herculano, em 1847, em seu “Futuro literário de Portugal e do Brasil”³⁹, artigo crítico sobre os *Primeiros cantos* de Gonçalves Dias, publicado na *Revista Universal Lisbonense* e incluído nos seus *Opúsculos*, após lamentar o ocaso das letras portuguesas, estimou grande futuro para a nova nação. Ele comentou o rápido desenvolvimento da imprensa no Brasil, que em importância e prosperidade já suplantava a da antiga metrópole. O fato importante, entretanto, é a sua crença na diversidade da literatura emergente em relação à portuguesa, como é exemplo Gonçalves Dias, principalmente por seu americanismo.

Francisco Adolfo Varnhagen publicou em 1850 o *Florilégio da poesia brasileira*. Na sua introdução, “traça um quadro da história literária brasileira desde o descobrimento até o século XIX”.⁴⁰ O princípio norteador da seleção foi o da americanidade e o seu critério de inclusão no *corpus* era o do nascimento do Brasil. Verberou o enfoque do indígena, louvando a tradição transplantada.

O austríaco Ferdinand Wolf publicou *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne*, em 1863, com a primeira visão orgânica da literatura do Brasil. Ele, “discípulo de Schlegel, deu relevo especial a literatura como expressão do ‘gênio nacional’”⁴¹. Na sua periodização, há o tom depreciativo em consideração das manifestações literárias até a segunda metade do século 18, pois “os colonizadores portugueses e seus descendentes imitam servilmente os modelos portugueses e espanhóis” até o fim do século 17 e mesmo na primeira metade do século 18, “continua a imitação pura e simples dos modelos portugueses”.⁴² Além da sua propalada e criticada ênfase em Gonçalves de Magalhães, cabe anotar que ele

*já ressaltava, dentre os autores da Colônia, aqueles que haviam procurado, conscientemente fugir a esta servidão [aos modelos espanhóis e portugueses]. Veja-se a parte em que exalta a obra dos citados Basílio e Durão como preparadora do clima espiritual em que veio florescer a poesia de Gonçalves Dias.*⁴³

A preocupação romântica, em síntese, com a nacionalidade da literatura brasileira se dava por meio da ênfase ao homem transplantado de Europa em face do Novo Mundo. Este poeta moderno deveria se concentrar, de acordo com os moldes românticos, na descrição da paisagem edênica, nos usos e costumes populares, na linguagem nova, pois que diferente daquela usada em Portugal, e no índio, muito embora houvesse vozes importantes e sérias contrárias à existência de uma literatura brasileira, como é o caso de Álvares de Azevedo. Embora este reconheça a nacionalidade presente na poesia americana de Gonçalves Dias, entende que “a literatura é ‘o resultado das relações de um povo’, mas a língua também o é, e exprime, no caso brasileiro, sentimentos que não se diferenciam dos portugueses a ponto de dar origem a uma nova literatura”.⁴⁴

O indianismo foi verdadeira vertente literária no romantismo brasileiro, em obras de Teixeira de Sousa, Gonçalves Dias, Junqueira Freire, Gonçalves de Magalhães, Joaquim Norberto, Alencar, Bernardo Guimarães, Couto de Magalhães, Varela, Porto Alegre e Machado. Aliás, há na época longa e política polêmica sobre A

³⁸ Cit., p. 52.

³⁹ César, Guilhermino. 1978, p. 133-36.

⁴⁰ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 12.

⁴¹ César, Guilhermino. 1978, p. 138.

⁴² Wolf, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955, p. 7.

⁴³ César, Guilhermino. 1978. Introdução, p. li.

⁴⁴ Cândido, Antonio. 1975, v.2, p. 342.

Confederação dos Tamoios, na qual se envolveram o seu autor, Porto Alegre, D. Pedro II, Monte Alverne e anônimos de um lado e Alencar de outro. A posição do autor de *O Guarani*, vigorosa, sugere como essencial “retirar a poesia dos costumes e tradições indígenas, cantar o que havia neles de heróico, extrair a beleza das coisas, colocar-se dentro da psicologia e do sentimento dos índios, respeitando as leis eternas da arte e dos gêneros”.⁴⁵ Essa vertente não se extinguiu e prossegue nos diversos manifestos e obras modernistas e, recentemente, em obras de resgate e reavaliação dessa tradição como *Quarup* e *A expedição Montaigne*, de Callado.

Machado de Assis publicou o seu clássico artigo “Instinto de nacionalidade” em *O Novo Mundo* de 24 de março de 1873. Sua percepção era que em sua época já havia uma literatura com instinto de nacionalidade brasileira, que brasileira e independente ainda não o era, pois “mal poder[ia] ir alvorecendo” então⁴⁶. Renegou Machado a obrigatoriedade do assunto local para a inclusão no *corpus* nacional, e disse:

*Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.*⁴⁷

Comparando cidade e campo, concluiu Machado serem os costumes do interior os que conservam melhor a tradição nacional.⁴⁸ Por outro lado, a preocupação excessiva com a cor local é às vezes funesta: “[u]m poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais”.⁴⁹ Em síntese, Machado creu numa nacionalidade de uma literatura por uso e consciência dos costumes populares, da natureza local, do caráter local do vocabulário, mas sem exigir um ou todos os elementos citados, pois para ser nacional é mister que haja certo instinto ou espírito nacional, que provoque a confluência do escritor e a sociedade na qual está inserido.

Franklin Távora também deu sua contribuição para a discussão da nacionalidade da literatura brasileira. Criticando a ficção de Alencar:

*acusa-o de falsear a realidade, não a observando e respeitando; procura exemplificar com os textos de Alencar, apontando os defeitos de suas descrições da natureza brasileira, a artificialidade da linguagem, a infidelidade aos fatos e à verossimilhança, o desfiguramento da paisagem local, a deturpação da história nacional, [...] a ausência de exatidão nos acontecimentos, nos costumes, nos personagens.*⁵⁰

A literatura, para Távora, deveria refletir o povo, com suas tradições e crenças, e para isso propôs que houvesse a recolha dos caracteres distintivos do povo. Em consequência, haveria no Brasil não apenas uma, a brasileira, mas duas, a do Sul e a do Norte, conforme argumentação contida no prefácio de *O cabeloira* (1876). Mais ainda, a literatura do Norte seria mais nacional, pois que nessa região não havia tanta invasão estrangeira, com a preservação maior das tradições populares. A sua proposta deu ensejo a uma nova vertente na literatura brasileira, “o sertanismo,

⁴⁵ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 101.

⁴⁶ Machado de Assis. *Obras completas*. Rio de Janeiro. Aguilar, 1973, v. 3, p. 802.

⁴⁷ Cit., p. 804.

⁴⁸ Cit., p. 804.

⁴⁹ Cit., p. 807.

⁵⁰ Coutinho, Afrânio. 1968, p. 107.

o caboclisto, os ciclos da seca e do cangaço, formas novas que a busca de brasilidade assumiu, inaugurando o regionalismo, que tanta fortuna iria ter doravante na literatura brasileira”.⁵¹

A figura de Alencar, já mencionada anteriormente, merece um destaque maior, pois que tanto o seu ideário em relação à nacionalidade da literatura brasileira quanto o seu projeto literário são ímpares no contexto romântico. No posfácio a *Diva* em 1865, Alencar discorreu sobre a linguagem literária e a nacionalidade da literatura, pontificando principalmente sobre a modificação da língua, por meio dos novos usos, idéias, costumes e tradições. Embora admitisse a natural diferença entre a linguagem cotidiana e aquela literária, para ele “na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir a idéia de seu tempo, e o público possa lhe compreender o livro que se lhe oferece”⁵². Em 1874, em *O nosso cancionero*, na primeira carta afirmou que a identidade haverá entre escritores e povo brasileiros, quando os primeiros houverem “de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos”.⁵³ Na quarta carta há uma nota interessante acerca da desidentificação lingüística entre cantadores sertanejos e alentejanos⁵⁴, caracterizando tanto a singularidade da linguagem como da experiência lingüística. A influência da língua tupi na língua portuguesa é algo importante, na visão alencariana, para a caracterização da literatura brasileira.⁵⁵

Em *Iracema*, no “Pós-escrito” à segunda edição em 1870, na segunda parte, Alencar comentou a posição do português Pinheiro Chagas acerca dos livros brasileiros, evidenciando nestes “a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português”.⁵⁶ Cria firmemente Alencar, em contrapartida, na tendência forte no Brasil de transformação da língua portuguesa, pois que feita pelo povo em contato com o Novo Mundo e com tradições de outros povos ao Brasil advindos. Comentando *Calabar* e *Bandeirantes*, de Mendes Leal, anotou a dissonância dessas obras para leitores brasileiros em sua percepção “natural” das cenas e tradições americanas:

*Os livros do Sr. Mendes Leal não passam para nós de traduções esmeradas de Cooper, com substituição de nomes geográficos. Seus personagens nada têm de brasileiros, que faltam-lhes não só os costumes, como esses idiotismos indígenas, que o Sr. Pinheiro Chagas chama de incorreções, negando-nos assim o direito de criar uma individualidade nossa, uma individualidade jovem e robusta, muito distinta da velha e gloriosa individualidade portuguesa.*⁵⁷

Já em “Benção paterna,” o prefácio de *Sonhos d’ouro* (1872), Alencar evidenciou a injustiça da soberba portuguesa em negar ao Brasil uma literatura própria e a impropriedade dos brasileiros a professarem como nacional uma literatura portuguesa anterior à descoberta do Brasil. Para ele, entretanto, é literatura nacional: “a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização”.⁵⁸ A literatura brasileira, segundo Alencar, dividir-se-ia em três fases de acordo com o seu

⁵¹ Cit., p. 109.

⁵² Alencar, José de. *Ficção completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1965, v.1, p. 400.

⁵³ Pinto, Edith Pimentel (org.). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. São Paulo, Edusp, 1978, p. 123.

⁵⁴ Cit., p. 126.

⁵⁵ Cit., p. 133.

⁵⁶ Alencar, José de. 1965, v.2, p. 1129.

⁵⁷ Cit., v. 3, p. 1131.

⁵⁸ Cit., v.1, p. 495.

desenvolvimento histórico: a) primitiva, onde predominam lendas e mitos aborígenes, caso de *Iracema* e *Ubirajara*; b) histórica, o contato do europeu com a terra americana, findado com a Independência, de que são exemplos *O Guarani* e *As minas de prata*; c) moderna, a formação do verdadeiro gosto nacional, com a busca das tradições, linguagem e costumes brasileiros regionais, encontráveis em *O tronco do ipê*, *Til* e *O gaúcho*, e a faceta urbana, com todas as misturas que resultarão numa “individualidade robusta” e formarão “a nova e grande nacionalidade brasileira,” presente em *Lucíola*, *Diva* e *A pata de gazela*.⁵⁹

Em 1873, na sétima parte de *Como e por que sou romancista*, Alencar reconheceu Chateaubriand como seu modelo para a poesia americana, mas erigiu como mestre “esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso, por onde minha alma penetrou no passado de sua pátria”.⁶⁰ Outrossim, apontou a similitude da história das Américas, o que permite uma aproximação entre os romancistas do Novo Mundo que buscam o assunto de seus dramas no período da invasão. Em *O nosso cancionero*, já citado acima, disse ele acerca da nacionalidade da literatura brasileira, em seu processo de formação: “[d]epois da independência, se não antes, começamos a balbuciar a nossa literatura, pagamos, como era natural, o tributo à imitação, depois entramos a sentir em nós a alma brasileira, e a vazá-la nos escritos, com a linguagem que aprendemos de nossos pais”.⁶¹

⁵⁹ Cit., v.1, p. 495-96.

⁶⁰ Cit. v. 1, p. 117.

⁶¹ Pinto, Edith Pimentel. 1978, p. 128.